



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: SANDRA SANTANA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 09-06-22

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) - Declaro abertos os trabalhos da audiência pública semipresencial da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa do ano de 2022, convocada para hoje, dia 9 de junho.

Esta audiência pública foi convocada para discutir o PL 362/2022, de autoria do Executivo - Ricardo Nunes, que estabelece regras aplicáveis a estabelecimentos formados por um conjunto de cozinhas industriais utilizadas para a produção por diferentes restaurantes e/ou empresas destinada à comercialização de refeições e alimentos, essencialmente para os serviços de entregas, sem acesso de público para consumo no local, configurando operação conjunta, regime de conglomerado ou condomínio de cozinhas, popularmente conhecidas como *dark kitchens*.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida no portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/, em Auditórios *Online*, no link Auditório Virtual, e no canal do YouTube da Câmara Municipal de São Paulo.

A realização desta audiência pública vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade* desde 4 de junho e foi divulgada no jornal *O Estado de S. Paulo* em 4 de junho e no jornal *Folha de S. Paulo* em 6 de junho.

As inscrições para a participação do público ficaram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde 6 de junho, devendo os inscritos pelo *site* participar pela plataforma *on-line*, conforme *link* enviado por *e-mail*. O público presente que desejar se manifestar deve se inscrever com a Secretaria da Comissão. Cada inscrito terá até três minutos para se manifestar.

Estão presentes conosco o Vereador Rodrigo Goulart e a Vereadora Cris Monteiro.

Para esta audiência pública, foram convidados os Srs.: Alexandre Modonezi, Secretário Municipal das Subprefeituras; Eduardo de Castro, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente, nesta audiência representado pela Sra. Isabella D'Orsi, assessora jurídica da pasta; Fabrício Cobra Arbex, Secretário Municipal da Casa Civil; Luiz Carlos Zamarco, Secretário Municipal de Saúde; Marcos Duque Gadelho, Secretário Municipal de Urbanismo e

Licenciamento, nesta audiência representado pela Sra. Daniella Lucas Richards, Coordenadora de Deuso, e pela Sra. Maria Teresa Gomes da Silva; Marina Magro Martinez, Procuradora Geral do Município, representada nesta audiência pela Procuradora Assistente, Sra. Luciana Cecílio.

As Sras. Luciana Cecílio, da Procuradoria Geral do Município, Maria Tereza Gomes, da Secretaria Municipal de Urbanismo, e Isabella D’Orsi, da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, estarão de forma virtual;

Tem a palavra, pela ordem, a nobre Vereadora Cris Monteiro.

A SRA. CRIS MONTEIRO - Eu só queria esclarecer, porque eu estava conversando com algumas moradoras. Eu havia dito que o Presidente da audiência seria o Vereador Paulo Frange; mas na realidade, esta audiência pública foi chamada pela CCJ. Então, perdoem-me pelo engano, pois a Vereadora Sandra Santana é a Presidente da CCJ. Só para esclarecimento, porque me enganei. Mas não muda nada. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Tem a palavra, pela ordem, o Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART – Só fazendo referência ao que a Vereadora Cris Monteiro abordou agora, apesar de ser uma audiência pública da CCJ, alguns de nós membros da Comissão de Política Urbana devemos participar, como é o meu caso. Mas há também parte da assessoria do Vereador Paulo Frange. Também estamos acompanhando o trabalho. Se não me engano, o vereador Paulo Frange deve participar durante reunião, também estará presente na reunião.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Verdade. O Vereador Paulo Frange e eu conversamos sobre esta audiência pública, ele me disse que participaria e que também uma nova audiência pública pela Comissão da qual vocês fazem parte deverá ser convocada. É bem importante.

Vereadora Cris, podemos passar a palavra aos que se inscreveram?

A SRA. CRIS MONTEIRO – Eu me manifesto depois, obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Então, neste instante, iniciaremos ouvindo as palavras daqueles que se inscreveram de forma virtual. Carla Lascale. Você tem até três minutos para suas considerações.

A SRA. CARLA LASCALA – Boa tarde a todos. Eu venho aqui em nome dos vizinhos da *dark kitchen* da Rua Dolzani, na Vila Mariana, Jardim da Glória. Os problemas, todos já sabemos, porque na outra audiência pública nós já relatamos todos. Isso tem saído nos jornais, enfim. O que eu gostaria de frisar é que a propriedade tem que ser utilizada de tal maneira que torne possível a coexistência social. Qual o benefício de ser vizinho de uma *dark kitchen*? Zero, nenhum. A que existe no nosso bairro engloba 24 cozinhas. Ela ficou pronta em março de 22 agora e foi construída durante a pandemia. Temos um inquérito civil que o Ministério Público acatou. Enfim, nossa reclamação virou um inquérito civil, mas a *dark kitchen* está funcionando, sim, com algumas cozinhas. Não são todas, mas algumas cozinhas já estão pleno funcionamento. Hoje às sete e meia da manhã eu abri a janela e senti o cheiro de alho e cebola, o que eu diria para vocês que não é muito agradável. Fumaça, cheiro: a gente sabe quando é feito hambúrguer, a gente sabe quando é feita batata frita. O que ela trouxe de bom para a vizinhança? Nada. Ela desvalorizou o imóvel. E, quando ela estiver em pleno funcionamento, com as 24 chaminés, o que vai trazer? Fumaça, poluição sonora, poluição ambiental. Também há a questão da sujeira, porque o lixo passa aqui três vezes na semana. Se são 24 cozinhas, imaginem o lixo que é formado; e somos um quarteirão estritamente residencial. Ela se enfiou no meio das casas e do nosso edifício e ali ela construiu um complexo de cozinhas. Benefícios que nós temos? Nenhum. Nós só temos dor de cabeça. Foi tirado de nós o direito ao meio ambiente saudável, que é uma garantia constitucional. Nós, com isso, não vamos mais ter o direito à privacidade, o direito à inviolabilidade do lar, ou seja, nós não temos mais o sossego. Por mais que adequem as estruturas com esse projeto de lei, um funcionamento permitido até a 1 hora da manhã e depois a partir das 5 horas é inviável, é completamente inviável. Isso é uma indústria, ela deveria estar longe das residências, num bairro industrial ou num local onde a

vizinhança não fosse formada por residências, por pessoas que também são contribuintes, que também trabalham e que têm direito ao sossego e a uma vida ao menos digna.

Todos esses problemas já relatados demonstram que esse tipo de empreendimento para a vizinhança não traz qualquer possibilidade de coexistência social. É isso que eu gostaria de deixar claro. Então, contamos com a colaboração dos Vereadores para nos ajudar nessa luta contra esse tipo de empreendimento. Deixo claro mais uma vez: é uma vizinhança residencial. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Carla. Chamo agora Joyce Tamiarana Nunes.

Já aproveito - enquanto a Sra. Joyce se posiciona, caso esteja conosco - para anunciar a presença do Sr. Alexandre Modonesi, Secretário Municipal das Subprefeituras. Obrigada por estar aqui conosco e ter aceitado o nosso convite.

O próximo inscrito é o Sr. Arlindo Lopes Gonçalves Junior. Pode usar a palavra.

O SR. ARLINDO LOPES GONÇALVES JUNIOR – Boa tarde. Nós vivemos hoje com uma cozinha também, o dia inteiro, na nossa orelha. A Vereadora Cris sabe que - eu tenho comentado com S.Exa. - meu filho já foi chamado de bacon na escola, porque ele tem cheiro de gordura. Então, é uma coisa que extrapola o social da pessoa. Por exemplo, eu nasci aqui no bairro do Brooklin, do Aeroporto. Eu jamais vou entrar numa reclamação contra o aeroporto, porque, quando eu nasci, o aeroporto já estava lá. Ele já fazia parte da minha vida. Eu vi o aeroporto quando eu nasci e eu não tenho porque reclamar, porque 90% da população que mora em volta do aeroporto vieram porque o aeroporto estava próximo.

A dark kitchen não. Ela veio e atazanou a nossa vida literalmente, tirando o sossego nosso. A minha esposa não pode andar na rua, porque, sem sombra de dúvidas, vai ter assédio. Então, o que a gente pede, na verdade, é compreensão de todos os Vereadores. Inclusive, levando em consideração ao que está acontecendo, em Barcelona, onde foram suspensas as cozinhas, por um ano, seria uma coisa relevante para a CCJ estudar também, para dar uma olhada no que está acontecendo e para poder fazer o melhor para São Paulo. Não é para um, é

para todos que somos moradores e contribuintes. Somos a favor sim de uma estrutura boa de cozinha num lugar apropriado. Não sou contra isso. Eu peço exatamente isso, que a nossa Casa Legislativa nos ajude e faça o melhor para o município. Era só isso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada.

Anuncio também que está conosco o Sr. Fabricio Cobra, Secretário da Casa Civil do município de São Paulo, de forma virtual; e os representantes da Secretaria Municipal de Saúde, também de forma virtual, Srs. Manoel Bernardes, Mariana Nogueira e Paulo Vicente da Silva.

Tem a palavra o Sr. Marcelo Torres de Oliveira, da Associação Viva Paraíso.

O SR. MARCELO TORRES DE OLIVEIRA – Boa tarde. É um prazer estar aqui. Na verdade, eu quero cumprimentar as senhoras presentes e as pessoas que estão também presentes aqui, que vieram espontaneamente falar sobre o que essas cozinhas, denominadas *dark kitchens*, têm trazido de transtornos aos moradores do entorno desses empreendimentos industriais. Não são meras cozinhas. São fábricas de alimentos, e são incompatíveis com o local onde elas estão se instalando, que seriam NR-1 e NR-2. Seria para o NR-3 o apropriado, que é o que deve constar na lei e o Ind-2, que seria a parte industrial 2, que não é compatível com residência.

Sra. Presidente, então, o nosso objetivo é que a gente consiga sensibilizar os Srs. Vereadores, que são do Legislativo e que têm todo um aparato para que possam fazer com que as leis atendam às necessidades dos munícipes.

Nesse sentido, a gente roga e pede, de forma bastante humilde, mas que seja verdadeira, por parte dos Srs. Vereadores, no sentido de entender quais são as nossas demandas, ficando claro que nós não podemos conviver, famílias não podem conviver com esse tipo de empreendimento industrial em zonas residenciais.

Então, nós pedimos imensamente que isso seja considerado. No lugar onde nós estamos - eu sou da Associação Viva Paraíso - e os moradores - de uma possível *dark kitchen* que estava sendo instalada e que foi, de certa forma, com investimento de todos os moradores

do entorno - contrataram um advogado, para poder defender a vontade deles. Isso não é uma coisa factível, que a gente tenha que constituir advogados para defender os direitos dos cidadãos, de terem os seus lares preservados, sem que haja fumaça, poluição sonora e movimento de entregadores nas portas de suas residências.

Quer dizer, as pessoas estão enlouquecidas. Isso está mexendo com o emocional das pessoas. É nesse sentido que a gente pede encarecidamente que V.Exas. entendam essa nossa demanda, e que façam valer a vontade das pessoas, dos cidadãos.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada. Suas contribuições estão registradas também.

Anuncio a presença da Vereadora Sandra Tadeu, membro dessa Comissão de Constituição e Justiça. Imagino que V.Exa. tenha o desejo de usar a palavra mais ao final.
(Pausa) OK.

Tem a palavra o Sr. José Roberto Vila Nova, de forma virtual.

O SR. JOSÉ ROBERTO VILA NOVA – Muito obrigado. Agradeço pela oportunidade a toda a assembleia de Vereadores que estão tratando esse tema importantíssimo. Temos material num grupo aqui no bairro do Brooklin, com mais de 1,2 giba de informações entre vídeos, fotos e relatos, que podemos abastecê-los, a partir do momento em que S.Exas. desejarem.

Já foi muito falado o nosso objetivo, que é a classificação dessa atividade com indústria Ind-2. Somos a favor do progresso e que todos prosperam com muita dignidade e com muita ética. Do jeito que essa empresa foi instalada, no bairro residencial, realmente os transtornos são incomensuráveis. Algumas demandas foram levantadas e outras já foram apresentadas. Eu tenho algumas demandas aqui baseadas inclusive em artigos de lei.

A primeira demanda é zero odor ou fumaça invadindo as nossas casas. Eu moro há 19 metros das turbinas e é horrível respirar dentro da minha sala, dentro do quarto e dentro da cozinha. É horrível. Então, a lei municipal de 1.976, em seu decreto 8.468/1976 - depois eu posso provê-los - diz que fica proibida a emissão de substâncias odoríferas na atmosfera em

quantidades que possam ser perceptíveis fora dos limites da área de propriedade da fonte emissora. Então, é baseado em lei antiga já, e é amplamente violada essa lei.

Outra demanda é zero ruído nas turbinas das casas vizinhas. Nós temos aqui também outra demanda: Área de carga e descarga interna em docas dentro dos perímetros da construção, dentro dos perímetros da empresa. Hoje nós temos a total devassidão de leis de trânsito, com carga e descarga em área e horário não permitido, área de estacionamento para motoboys e deliveries, que também tenham infraestrutura e abrigo de banheiro e cozinha para suas necessidades fisiológicas e aquecimento dos seus alimentos.

Falo também de alguém que coordene as atividades e o movimento dos motoboys, porque hoje a gente vê muita falta de respeito nas atividades desses profissionais, que são arrimo de família e que dignamente trabalham; mas, por não terem condições, acabam infringindo muitas leis, inclusive de desrespeito à moradia.

Outra coisa importantíssima é a infraestrutura própria de combate a incêndio. Há algumas instalações que, se houver qualquer problema de incêndio, fica impossibilitado até de Corpo de Bombeiros acessar, causando transtornos e perigo iminente à vizinhança.

Existe o artigo 1.277, do Código Civil, que fala que o proprietário possuidor de um prédio tem o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e à saúde dos que o habitam, provocadas pela utilização de propriedade vizinha. No parágrafo único, proíbem-se as interferências, considerando a de natureza de utilização, a localização do prédio, atendidas às normas que distribuem as edificações em zonas e os limites ordinários de tolerância aos moradores da vizinhança. Ou seja, nós já temos leis que baseiam a interdição dessa atividade empresarial, porque realmente violam várias leis.

Repetindo o que o Sr. Arlindo falou, a cidade de Barcelona, na Espanha, suspendeu, por um ano, as licenças; e a nova lei que tramita vai permitir que só se poderão instalar-se em zona industrial periférica, longe de residências. Então, a gente precisa aproveitar essa jurisdição, que já está sendo implantada, com muito êxito, e aplicar aqui também.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada.

Vou chamar agora também algumas pessoas que estão no nosso plenário.

Tem a palavra a Sra. Débora Andrade, que havia se inscrito, de forma virtual, mas está conosco aqui.

A SRA. DÉBORA ANDRADE – Boa tarde a todos. Meu nome é Débora. Eu gostaria de falar brevemente sobre as categorias de uso não residencial e trazer uma visão estritamente legal sobre o tema. Então a gente tem, no município de São Paulo, a lei 16.402, lei de parcelamento, que disciplina parcelamento, uso e ocupação do solo e divide o território em zonas e as atividades, conforme os usos. Os usos, por sua vez, são classificados em categorias e eles são permitidos ou proibidos, de acordo com a zona em que se localiza o imóvel.

Então, no nosso município, o uso do solo é classificado em duas categorias, a de uso residencial e a de uso não residencial. O uso não residencial envolve o desenvolvimento das atividades comerciais, serviços e, dentro dele, há outras várias subcategorias. Dentre elas estão a NR-1, a NR-2, a NR-3, a Industrial 1-A, a 1-B e a Industrial 3.

E a lei de parcelamento e o decreto municipal 57.378/2016 também trazem o enquadramento das atividades não residenciais conforme as categorias de uso, as subcategorias de uso e os grupos de atividades previstos na lei; e, junto com a lei de parcelamento, a gente tem o decreto, o quadro, que é o decreto 57.378/2016, que traz as atividades.

Então, se a gente for ali brevemente, no grupo NR-2, há restaurantes e similares, lanchonete, confeitaria, padaria, comércio de alimentos para viagem, fornecimento de comida preparada, *delivery* e montagem de lanches.

Então, por meio dessa análise das atividades que estão indicadas nesse quadro, do decreto 57.378/2016, a gente pode concluir que as atividades do conglomerado de cozinhas são atividades de preparação e entrega de comidas. Elas não são atividades de produção fabril, com refino de óleos vegetais, açúcar, enfim, que seriam as atividades que estão enquadradas no grupo industrial.

Então, por essa análise de estrito enquadramento legal, a gente consegue concluir que as atividades das cozinhas se aproximam mais dos grupos NR-1, NR-2 e NR-3,

especialmente do NR-2. Inclusive hoje todas as unidades dos conglomerados de cozinha que estão operando legalmente hoje, no município, estão aprovados como NR-2. Então, é importante que, em relação a essas cozinhas que já estão licenciadas, como NR-2, não haja alteração desse enquadramento, porque isso é importante para respeitar também o direito adquirido e a segurança jurídica.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Eu gostaria de fazer um pedido a todos que estão no plenário. Nós temos, por hábito, aqui sempre ouvir as pessoas. Então, seria importante que nós ouvíssemos e que não houvesse tantas manifestações que pudessem soar como agressão. A ideia dessa audiência pública é ouvir absolutamente todos aqueles que estão se sentindo prejudicados e todos aqueles que apontaram ao Poder Executivo o problema que estão vivendo; e o Poder Executivo trouxe para esta Casa um projeto de lei para discutir exatamente o anseio dos senhores. Então, seria importante que nós tivéssemos a condição de manter assim essa audiência pública. Eu tenho certeza que os senhores nos compreendem.

Tem a palavra a Sra. Mariana Parker.

A SRA. MARIANA PARKER – Eu sou moradora da Vila Romana, e a gente fala bastante que a minha casa é o marco zero, porque, quando a operação da *dark kitchen* começou, não tinham ideia de nada. A gente fala que chegaram chegando. A minha casa é uma casa de família, que tem uma construção de cem anos. A minha família sempre morou no mesmo lugar, e a gente nunca teve problema, até a construção dessa indústria.

O Sr. Jorge Pilo esteve na minha casa por inúmeras vezes. Ele viu, ele sentiu o cheiro, ele ouviu o barulho de tudo aquilo que o maquinário industrial da sua operação faz. Alguém falou que o barulho constante te leva à loucura. Eu tive, numa época, na minha casa, em que eu entrei numa depressão muito profunda, e eu tive que sair da minha casa. E, mesmo saindo da minha casa, nas madrugadas eu acordava e falava para o meu marido: “Nossa, escuta

esse barulho”. E ele falava: “Você não está em São Paulo”. Então, depois de um tempo ouvindo aquele barulho, todos os dias, por um período muito prolongado, o barulho não sai mais da sua cabeça, e você, dentro da sua própria casa, é privado do seu descanso, é privado de poder dormir, acordar ou fazer qualquer coisa dentro da sua casa.

Os jornalistas hoje me perguntam, em todas as entrevistas que eu dou, se eu acredito se é possível viver perto ou conviver com esse tipo de operação. Não, não é possível, porque, por exemplo, quando existe a manutenção das máquinas, essa manutenção das máquinas tem que ser feita após o horário de funcionamento das *dark kitchens*. Isso só acontece durante as madrugadas, ou seja, nós passamos, o dia inteiro, com um barulho horroroso e com um cheiro horroroso. A gente tem que passar as madrugadas com as pessoas trabalhando no telhado, gritando e ainda nos privando do nosso descanso novamente. E a manutenção demora muito tempo para acontecer. As máquinas ficam desreguladas. Faz dois dias que nós estamos pedindo para a *kitchen central* vá lá ver as máquinas, o maquinário, porque o chiado, o agudo que a máquina está fazendo é muito grande.

E hoje recebemos um retorno da operação do Sr. Jorge Pilo, que nos disse que não há nada de errado. Ou seja, sobre o barulho que não existia há dois dias e que agora existe, estão falando que não há nada de errado. E é sempre assim: semanas se passam para que alguma coisa aconteça.

Então, não existe a possibilidade de conviver com um tipo de operação como essa. Não há como. É tudo muito difícil, é tudo muito moroso e nada é respeitado. Por mais que eles se digam enquadrados na lei, a convivência não existe, ela não é bem-vinda e, de fato, não dá para negar que cinco coifas de tamanho industrial no meio de um monte de casas e prédios não caracterize uma indústria.

Portanto, é uma operação que não é bem-vinda no meio dos bairros residenciais.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Mariana.

Tem a palavra a Sra. Lucila Lacrete, do Movimento Defenda São Paulo.

A SRA. LUCILA LACRETA – Muito boa tarde a todos.

Eu gostaria de lembrar que o artigo 1º do PL 362/2002 “estabelece regras aplicáveis a estabelecimentos formados por um conjunto de cozinhas industriais”. Então, tanto quanto nós moradores da cidade de São Paulo como o Executivo estamos reconhecendo e entendendo que as *dark kitchens* são um conjunto formado por cozinhas industriais. Portanto, não há dúvida em relação a esse uso industrial. A questão é que esse uso industrial é totalmente, como já se falou aqui e como nós vivenciamos na Cidade, incompatível com o uso residencial, pois é uma indústria extremamente poluidora no sentido de fazer ruídos e de ser um polo gerador de tráfego.

Enfim, é uma estrutura e uma atividade não compatíveis com o uso residencial, pois se configura como uma empresa de fabricação de produtos alimentícios e bebidas e estabelecimentos destinados à preparação de alimentos, conservas, produtos de cereais, bebidas, dentre outros, uma IND 2-1 na classificação da Lei de Zoneamento. É uma indústria poluente, impactante e agressiva, incompatível com uso residencial e deve ficar numa região que permita essa atividade. (Palmas)

Ninguém é contra a atividade das *dark kitchens*, mas os seus impactos geram uma incompatibilidade de convivência em uma região residencial. É simples assim.

O Projeto de Lei 362/2022 é bastante complicado, não é objetivo e fica nesse vai e volta, o que demonstra que realmente precisa de muito estudo, além de precisar conter local para carga e descarga dos produtos e local adequado para as motos e para os entregadores dos alimentos. Enfim, é necessário todo um arcabouço de espaços compatíveis com o uso industrial, porque só irá funcionar se houver esse tipo de espaço adjacente.

Para terminar, eu gostaria de convidar todos para participarem de uma audiência pública promovida pelo Ministério Público juntamente com o IPT, no dia 22 de junho, que vai tratar dos impactos causados por esses equipamentos na cidade de São Paulo, principalmente na saúde dos cidadãos paulistanos.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Lucila.

Devido ao número de pessoas inscritas para falar, nós comunicados que as inscrições estão encerradas para que todos tenham possibilidade de fala. Aproveito para reforçar que esse tempo destinado a cada um é para que todos tenham esse direito assegurado.

Registro a presença do Líder do Governo, Vereador Fabio Riva.

A próxima inscrita é a Sra. Renata Esteve, do Movimento Defenda São Paulo.

A SRA. RENATA ESTEVES – Boa tarde a todos. Como integrante do Movimento Defenda São Paulo, eu tenho estado em várias audiências públicas nesta Casa e, nos últimos tempos, infelizmente, eu tenho me deparado com uma situação de empreendedores que querem agir na ilegalidade, e esse caso das *dark kitchen* parece não ser uma exceção.

Quando houve a discussão da Lei de Zoneamento, eu recebi um livro muito precioso, que agora eu mostro aos senhores.

- Oradora mostra livro.

A SRA. RENATA ESTEVES – Logo no começo, no seu prefácio, ele apresenta as “bases para a revisão do Zoneamento”, e eu tenho a satisfação de ver presente aqui o Sr. Daniel Montandon, que subscreveu o texto, que apresenta as “diretrizes estratégicas para a revisão do Zoneamento”, cujo primeiro item é “conferir maior qualidade ambiental”, que está em absoluta consonância com o texto que o antecede, intitulado “Para viver juntos”, do então Secretário Fernando de Mello Franco, que em um trecho diz o seguinte: “O que motivou a revisão do Zoneamento foi a superação dos problemas e o desejo de melhoria da qualidade de vida na Cidade”, e as oportunidades da sociedade civil de participar destas audiências públicas têm mostrado que as *dark kitchens* não contribuem com a qualidade ambiental da Cidade; pelo contrário, a degradam em todos os sentidos.

Quando da sua apresentação aqui, a Sra. Debora falou do decreto de usos, mas seria bem importante falar do que diz a lei sobre os usos NR-1 e NR-2, que ela está considerando que possam ser utilizados. Foi o que entendi e me desculpe se me equívoco, mas o uso NR-1 é uso não residencial compatível com a vizinhança residencial; já o NR-2 é uso não residencial tolerável à vizinhança residencial. Portanto, não precisa passar disso para dizer que esses usos

são incompatíveis com a vizinhança residencial, que é o que pretende implementar por esse de lei. (Palmas)

O parágrafo único do artigo 1º da Constituição Federal – e obviamente os Vereadores desta Casa conhecem à exaustão o texto da Constituição – diz que todo poder emana do povo. (Palmas)

Portanto, se avassaladora e retumbantemente nós estamos dizendo que esses empreendimentos não podem estar onde estão, porque são locais incompatíveis devido à presença de vizinhos verticais e horizontais, não há que se aprovar nada nesse sentido.

Por fim, quero dizer a V.Exas. e a todos os senhores que não será dando um nome novo a uma coisa antiga o necessário para se mudar a lei. No nosso entender, não é necessário nenhum projeto de lei para regulamentar esse uso, porque, apesar do nome *dark kitchen*, é cozinha industrial e, para uso industrial, a lei já tem todo o tratamento necessário.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Renata.

O próximo orador é o Sr. Caio Ciampolini, de forma virtual.

O SR. CAIO CIAMPOLINI – Boa tarde a todos. Agradeço a oportunidade. Como proprietário de restaurantes, eu gostaria de falar que as *dark kitchens* são muito importantes para que nós possamos operar. Eu acho que está claro para todo mundo, principalmente com a pandemia, que hoje elas são uma realidade no setor de alimentação e possibilitaram que muitos negócios permanecessem abertos, muitos empregos fossem preservados e muitos consumidores tivessem mais opções de alimentação nesse período difícil pelo qual todo mundo passou.

As *dark kitchens*, portanto, são uma parte importante nesse ecossistema, pois permite que restaurantes físicos operem por *delivery* sem atrapalhar o seu restaurante, a sua operação principal, e as operadas por terceiros nos chamados *hubs* são uma opção economicamente mais viável para pequenas operações, na qual se pode compartilhar uma estrutura e ratear recursos, permitindo que pequenos negócios consigam ter um espaço

destinado ao *delivery*.

Obviamente, deve-se buscar um caminho do meio a fim de não impactar negativamente a população, porque isso ninguém quer. Eu acho que o consenso é o que nós devemos buscar, mas, na minha opinião, é muito importante que exista esse canal, essa possibilidade para os restaurantes. Por isso, eu não consigo entender, pelo menos pela minha operação e pelas que eu tenho acompanhado, como isso poderia ser caracterizado como uma grande indústria, já que, na prática, pelo menos no nosso dia a dia, a operação é muito similar à de um restaurante físico e, portanto, muito mais ligada a um comércio do que a uma indústria.

Era isso.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Caio.

A próxima oradora é a Sra. Linda Yazbek Rivitti. (Pausa) Sr. Jorge Pilo.

O SR. JORGE PILO – Sra. Presidente e Plenário, muito obrigado pelo espaço para falar. Sou representante de uma operação de *dark kitchens* e venho dizer que estou disposto a conversar, dialogar e procurar esse meio-termo, um compromisso entre as partes. Nós temos um time disponível que está disposto a investir, como nós temos feito desde o primeiro dia, para encontrar esse meio-termo, uma forma de conviver.

Eu não estou aqui para defender só o meu negócio, mas o ecossistema inteiro. O que nós temos que entender é que as *dark kitchens* ajudam milhões de pessoas, que têm encontrado uma maneira de se manter através dessa criação de empregos. Na pandemia, essa indústria foi altamente impactada, e as *dark kitchens* deram a possibilidade de manter milhões de empregos, desde pais de famílias que trabalham em restaurantes a motofretistas, que conseguiram aumentar sua renda ao levarem mais pedidos. Nós entendemos a importância da conversa, do diálogo, e nós estamos aqui para isto, para encontrar um meio-termo que funcione para todo mundo.

Ser qualificado como indústria NR-2 significa destruir completamente com o ecossistema das *dark kitchens* e o de milhares de empregos que serão destruídos, além de desaparecer com os benefícios do modelo econômico, e isso não é apropriado para a nossa

operação, porque não existe um produto industrial, mas a condução de um consumo individual nas residências. Nós sempre seguimos a regulação e continuaremos seguindo, mas precisamos achar um caminho do meio, uma forma de estabelecer um compromisso de ambos os lados para alcançarmos o que é melhor para a sociedade e não para um lado especificamente.

É só isso. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Sr. Jorge.

O próximo orador é o Sr. Gustavo Soares de Sá Nogueira. (Pausa) Não se encontra. Sr. Lucas Marri. (Pausa) Não. Daniela Branco. (Pausa) Não. João Vitor da Silva Rodrigues.

O SR. JOÃO VITOR DA SILVA RODRIGUES – Boa tarde. Eu estou dentro da minha cozinha, que fica numa *dark kitchen* e que, neste momento, se encontra em operação. Eu gostaria de dizer que já existem legislações para restaurantes há anos e é só fiscalizar; não há por que haver novas demandas ou novos desdobramos de algo que já existe. Como cozinha comercial que somos, estamos sujeitos a fiscalizações – sanitária, dos Bombeiros, tributária, de postura – e, basicamente, é a mesma coisa. A única diferença é que estamos agrupados em mais cozinhas, mas cada cozinha tem a sua independência operacional, o seu *modus operandi*, com total liberdade, com total economia, e todas sujeitas à mesma legislação de qualquer restaurante comercial que esteja localizado na rua.

- Manifestação no recinto.

O SR. JOÃO VITOR DA SILVA RODRIGUES – Então, se porventura uma *dark kitchen* estiver ferindo essa legislação, seja por excesso de barulho, por excesso de poluição ou por excesso de motoboys na porta, basta que a fiscalização faça o seu papel e autue essas *dark kitchens* que não estejam cumprindo as regras. Eu acho que essa questão é muito mais simples de como está sendo apresentada.

- Vaias no recinto.

O SR. JOÃO VITOR DA SILVA RODRIGUES – Elas estão sendo apresentadas como algo extremamente perigoso para a sociedade e extremamente danoso, mas não são. Somos apenas restaurantes comuns agrupados em um condomínio. Nada mais do que isso.

- Manifestações no recinto.

O SR. JOÃO VITOR DA SILVA RODRIGUES – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Sr. João Vitor.

O próximo orador é o Sr. Roberto Delmanto, que está presente no plenário.

O SR. ROBERTO DELMANTO JUNIOR – Sra. Presidente Sandra Santana, Vereador Rodrigo Goulart, Vereadora Cris Monteiro, Vereadora Sandra Tadeu, é uma grande honra estar aqui e poder falar em nome de milhares de pessoas da cidade de São Paulo.

Se pesquisarmos no Google sobre reclamações da *dark kitchen* e Kitchen Central, encontraremos dezenas de centenas, milhares de reclamações. É inacreditável o desserviço à qualidade de vida ambiental que esse sistema de negócio da Kitchen Central e das similares estão causando.

Existe no meio ambiente o que se chama cumulatividade. Como estamos numa democracia, ouvimos de duas pessoas que operam dentro das *dark kitchens*: “Ah, somos somente um restaurantezinho.” Desculpe, são 32 restaurantes juntos. São 20 restaurantes juntos com umas coisas colossais bombando na janela das pessoas, porque eles vão escolher não do lado da Marginal Pinheiros, não é na Marginal Tietê. Eles veem um bairro como o Brooklin, como o Panamby, como Vila Mariana que têm todos os prédios com as janelas. Eles escolhem a dedo no meio para a comida chegar quentinha. São milhares de motoboys, milhares. Fora que a vida dessas pessoas se tornou um inferno. Quem mora nessas casas, as vítimas desse estilo de negócios e ainda vão dizer que nós mesmo que causamos porque nós pedimos iFood, Rappi e somos os culpados. É como culpar uma vítima de estupro porque está usando minissaia. É isso.
(Palmas)

Essas *dark kitchens* não são bem-vindas nos bairros residenciais, nas zonas mistas, onde tem gente que dorme. Imagine operar até uma da manhã e começar as cinco. Quem dorme quatro horas por dia?

Mas, não, essa era a proposta do Poder Executivo. Uma violência na casa das pessoas. Tem mais. Como trabalham esses coitados desses cozinheiros? Aqui vimos um ou

outro dono. Cada um, por exemplo, com cinco cozinheiros em um cubículo de 20 metros quadrados com 32 cozinhas sem janela. Mais de 160 cozinheiros sem janela. Vocês imaginam o que é você trabalhar em um cubículo de 20 metros quadrados, três, quatro pessoas, sem janela, oito horas por dia. É uma situação degradante de trabalho. É o meio ambiente. Não é só a poluição, é a qualidade de vida dessas pessoas. Aliás, precisaria de fiscalização do Ministério do Trabalho para a qualidade de vida, de insalubridade desses coitados desses cozinheiros empregados, porque são turnos e mais turnos.

Tem mais. Nessa cumulatividade, toda a fuligem, todo o material que sai, não é só o odor. Como o coitado do filho que falou aqui que é chamado de bacon porque não sai o cheiro impregnado. Temos – e isso está no parecer do Sergio Kleinfelder - partículas cancerígenas.

Isso aqui não é um NR, como disse a Prefeitura, com todo o respeito. Não é NR2. Não é uma pizzaria, não é uma lanchonete, não é um McDonald's. São 32 cozinhas operando ao mesmo tempo. Outras são 20. Ou seja, criou-se um monstro que é industrial. É a cumulatividade. Não é, nunca, nem aqui nem na China, NR2, como quer dizer a Prefeitura.

Por último, Barcelona tirou das zonas residenciais. Londres acabou de ser notícia e tirou das zonas residenciais. Vamos seguir o exemplo de Barcelona e Londres.

Muito obrigado. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Sr. Roberto.

Chamamos agora Gabriel Costa Pinheiro.

O SR. GABRIEL COSTA PINHEIRO – Vereadora Sandra Santana, Presidente, na pessoa de quem o cumprimento a todos os demais presentes.

A figura das *dark kitchens* já está aqui reproduzida pelos moradores e também pela figura do Dr. Roberto Delmanto o quão nocivo elas são para convivência urbana e para utilização do solo urbano na nossa capital.

Para que coloquemos também a questão do ponto de vista legal, para que tratemos a questão daquilo que devem ser tratadas do ponto de vista da Lei de Parcelamento do Solo, notadamente, no artigo 108, da Lei 16.402. A própria Lei de Parcelamento de Uso do Solo diz

que as *dark kitchens* são instrumentos de atividade industrial de alto risco e o são porque a lei assim qualifica porque são elementos que trazem alto impacto de viagem na via, causam impactos na dimensão da própria via e causam transtornos atividade urbana.

Então, é preciso que coloquemos aqui o discurso não só sobre o ponto de vista social, que é muito importante também, mas por trazer pelo ponto de vista legal para dizer que pela própria Lei de Parcelamento do Solo, elas são, sim, atividade de alto risco e nociva a utilização do solo urbano.

Represento os moradores do Paraíso e da Associação Viva Paraíso e lá também temos uma situação que é também peculiar que deve ser considerada durante a tramitação do projeto porque é uma das áreas de São Paulo em que há a maior densidade de concentração hospitalar no Centro expandido. Isso é reconhecido na capital como a região do Paraíso e da Vila Mariana como grandes centros de serviços hospitalares. Ali pretende-se instalar uma *dark kitchen* colada a diversos hospitais, sem que se avalie a possibilidade de fuligem, barulho, odores e demais transtornos não só aos munícipes residentes daquele bairro, mas também às pessoas internadas nos hospitais daquela região e também os profissionais de saúde da região que terão de conviver com mais um elemento de transtorno não bastasse a pandemia.

Além disso, do ponto de vista técnico, na Rua Abílio Soares é onde se pretende instalar uma dessas *dark kitchens*, uma dessas cozinhas industriais, é uma rua extremamente estreita, com apenas 9 m e 70 cm de largura, onde já se passa uma série de linhas de ônibus com acesso há 23 de Maio. Teremos, então, ali, o encargo, o ônus também de suportar não só os *motoboys*, não só os entregadores, mas também diversos equipamentos de manutenção, equipamentos de entrega de insumos, de ingredientes, e demais elementos para a fabricação daqueles alimentos naquela *dark kitchen*. Lamentavelmente, isso não tem sido considerado durante a tramitação do PL.

Mas então para enfatizar o quão nocivo é a presença *dark kitchen* é fundamental retomarmos a leitura do artigo 108, da Lei de Parcelamento do Solo, que lá se diz que estamos diante da regulamentação de uma atividade de alto risco, conforme definido pela própria lei.

Muito obrigado. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigado, Gabriel.

Chamamos agora Elizabete.

A SRA. ELIZABETE – Boa tarde a todos, nobres Vereadores, população.

Estou aqui, como estive na primeira audiência também, indignada como a construção de 32 cozinhas lá no Panamby. Como eu falei anteriormente, venho como uma cidadã paulistana que está sendo tremendamente prejudicada. Nem durmo a noite por causa disso daí. Só de pensar que eu vou ser vizinha dessas indústrias, já me dá uma dor no coração. Por quê? Porque eu criei meus filhos, eu moro a mais de 30 anos lá, meus netos.

Como é que vai ser lá o trânsito? Como é que vai ser essa instalação dessas cozinhas? Eles estão lá no ponto, como já falei, que não tem mobilidade. Lá não dá. Eles compraram um ponto lá a um baixo porque para poder montar em uma rua isolada, residencial, compraram lá e estavam montando clandestinamente, porque eles não tinham alvará para execução e, depois, que eles colocaram a placa de aprovação. Então, eles estavam trabalhando à noite e hoje a obra já está a todo vapor.

Venho pedir aos nobres Vereadores que não deixem que esse projeto siga em frente porque é IND2, é indústria. Como já disse o Dr. Delmanto, não é um restaurante, não é uma padaria, não é o McDonald's. É uma indústria que tira a paz, o sossego e a tranquilidade dos moradores.

Peço também que as que já existem sejam interditadas porque estão fora da lei.
(Palmas).

Porque não estou vendo só o meu bairro. Estou vendo os outros também. É só ler as notícias, só puxar no Google e vocês vão ver o que essas indústrias estão causando e tirando a paz da população, do paulistano.

Eu, como paulistana, peço que seja alterado esse PL vindo da Prefeitura porque não é comércio. É IND2, são indústrias que estão entrando clandestinamente em bairros residenciais.

Muito obrigada. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Sra. Elisabete.

Ouviremos agora o Sr. Daniel Montandon.

O SR. DANIEL TODTMANN MONTANDON – Boa tarde, Vereadora. Na sua pessoa cumprimento todos os demais membros da Mesa e também todos do plenário, todos os que estão assistindo a nossa audiência pública.

Primeiro, gostaria de dizer que temos aprovação de cerca de 10 unidades de cozinhas para *delivery* na Cidade. Todas em plena conformidade legal porque cumpriram todos os ritos da Lei: obtiveram alvará de aprovação, alvará de execução, certificados de conclusão, licença de funcionamento. Para obter licença de funcionamento, precisa de AVCB. Todas estão funcionando de forma regular. Todas aprovadas na subcategoria de uso NR 2 e no grupo de atividade NR 2-3.

- Manifestação na galeria.

O SR. DANIEL TODTMANN MONTANDON – Sra. Presidente, precisamos ter o acolhimento democrático. Democracia é saber ouvir e saber ouvir a diferença de todos como todos nós estamos escutando. Continuo a hora que V.Exa. autorizar.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Pessoal, havíamos no início da audiência pedido um pouquinho de compreensão. Acho que é importante que todos ouçam todos os lados. Sabemos o sentimento dos senhores que estão aqui, mas é importante que a gente dê a palavra a todos sem interrupção, sem algum tipo de manifestação.

Então, gostaria de devolver a palavra ao Sr. Daniel e pedir para que descontassem os 30 segundos que falei.

O SR. DANIEL TODTMANN MONTANDON – Presidente, continuando.

Então, isso significa que nós temos regras para aprovar. Não sei se as pessoas aqui sabem, quando a Prefeitura tem uma dúvida para aprovação, ela submete para CTLU e não há comunicado de a Prefeitura ter tido dúvida para aprovar esses empreendimentos existentes.

Só que acho correto a Prefeitura ter a iniciativa de aprimorar o regramento existente. A lei não é perfeita. A lei requer aprimoramentos e isso é pertinente e acho que essa iniciativa

foi feliz da Prefeitura.

Sobre a proposta feita pela Prefeitura, acho que tem coisas boas, acho que tem coisas a serem aprimoradas e acho que tem as coisas a serem alteradas. Uma coisa que precisa ser alterada: o enquadramento como uso industrial.

Essa atividade não é industrial por três razões principais. Primeira razão, natureza da atividade. Você não tem processos de fabricação em larga escala, você não tem maquinário utilizado por indústria, você não tem o processo de fabricação de um produto em larga escala.

- Manifestação na galeria.

O SR. DANIEL TODTMANN MONTANDON – Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Vamos continuar respeitando o tempo de quem faz o uso da tribuna, por favor.

O SR. DANIEL TODTMANN MONTANDON – Continuando, então. Obrigado, Sra. Presidente.

Não existem processos seriados de larga escala de produção de um único produto. São pequenos espaços que fazem produção, preparação de alimentos para entrega por motocicletas que estão reunidos em uma mesma edificação de, no máximo, 30. Isso não promove o uso como industrial. Isso está na lei. Façam uma análise sistemática da Lei.

Os advogados que estiveram aqui façam uma análise sistemática da Lei e não pinçar aqui um ou outro argumento.

- Manifestação na galeria. (Está achando que a gente é besta?)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Finalizando, por favor.

O SR. DANIEL TODTMANN MONTANDON – Hoje um CNAE...

Eu fui interrompido. Eu vou terminar o raciocínio.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Eu já descontei o tempo.

O SR. DANIEL TODTMANN MONTANDON – Tudo bem, mas eu vou interromper.

Vou terminar o raciocínio. Posso terminar o raciocínio?

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Eu preciso que cada um cumpra o tempo

para que todos possam falar.

O SR. DANIEL TODTMANN MONTANDON – Vou acabar o raciocínio muito rapidamente.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – São três minutos cada um e eu já descontei o tempo.

O SR. DANIEL TODTMANN MONTANDON – Eu vou terminar o raciocínio.

Hoje tem o enquadramento em CNAE que vai na lei e temos também o parâmetro de incomodidade por zonas.

- Manifestação na galeria.

O SR. DANIEL TODTMANN MONTANDON – Sra. Presidente, eu queria terminar meu raciocínio.

Eu tive aqui pessoas que falaram quatro minutos que me antecederam. A senhora deixou pessoas falarem quatro minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana - PSDB) – Se eu sou o senhor, eu continuo falando, mas por mais 15 segundos, por favor.

O SR. DANIEL TODTMANN MONTANDON – Ok. Parâmetros de incomodidade é o que faz o controle das externalidades negativas geradas pelos empreendimentos. Ruído tem regra na lei, geração de odor tem regra na lei.

O PL é feliz ao instituir a regra dos espaços para os motociclistas, aprimora a questão do controle de ruído e também o sugiro, Sra. Presidente, que a Câmara incorpore a previsão de atendimento da NBR relacionado às cozinhas profissionais.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigado, Sr. Daniel.

Chamo agora o Sr. Hélio Duarte.

Volto a pedir ao plenário que, por favor, ouçam as pessoas que estão ao microfone. Acredito que a melhor forma de democracia é esta que possamos ouvir uns aos outros.

Sr. Hélio Duarte.

O SR. HÉLIO DUARTE – Boa tarde a todos, Sra. Vereadora Sandra Santana em

nome de quem cumprimento todos os demais, inclusive o Secretário Modonezi com quem já estive para falar sobre esse assunto.

Sou morador do Panamby em um edifício ao lado do qual está sendo construída uma *dark kitchen* e estamos muito preocupados. Tenho estado tão frustrado quanto os demais moradores. Temos mantido contato com moradores de outros bairros que também têm o problema e só temos ouvido queixas e reclamações dos problemas causados pela *dark kitchen* ao lado e na rua absolutamente residencial, como é a nossa.

Não sou contra os empreendimentos comerciais ou contra o progresso da economia, mas há necessidade, sim, de que se regularmente a instalação dos negócios e de forma a preservar a opinião dos munícipes e dos cidadãos, como hoje e como a outra audiência que eu também compareci, onde fica clara a insatisfação dos moradores.

Solicito não só ao Executivo, representado pelo Secretário Modonezi, mas aos Vereadores e Vereadoras da Câmara Municipal que não aprovem ou não encaminho o projeto que regulamente apenas a atividade que não vai resolver o nosso problema. Que se dê ouvido também aos munícipes, aos habitantes desta Cidade.

Obrigado. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada.

Queria registrar a presença dos Vereadores Daniel Annenberg, da Vice-Presidente desta Casa, a Vereadora Rute Costa, através do nosso sistema virtual e do Vereador Eli Corrêa.

Tem a palavra a Sra. Mirian Santos Cardoso.

A SRA. MIRIAN SANTOS CARDOSO – Obrigada. Boa tarde a todos, Sra. Presidente da Mesa, demais Vereadores.

Gostaria de, no início da minha fala, apenas perguntar o Sr. Daniel que acabou de falar há pouco. Ele disse que nós pinçamos ou que os advogados pinçaram coisas nas leis para falarem. Eu queria saber então o que fizeram as *dark kitchens*? O que fizeram?

E a outra pergunta que eu queria fazer a ele: A que preço elas estão se instituindo?

- Aplausos.

A SRA. MIRIAN SANTOS CARDOSO – Voltando agora. Depois de tudo que já foi falado, eu gostaria de começar com uma fala de Platão. Platão diz: “a parte que ignoramos é muito maior que tudo quanto sabemos.” É bom que a gente pare e pense um pouquinho nisso porque tudo que aqui é falado, tudo que nós já sabemos, será que realmente retrata a dimensão do problema que nós estamos tendo?

Não somos contra novos empreendimentos, mas como elas vieram e se instalaram na calada da noite, sem fazer estudos de impacto ambiental, sem fazer estudos de impactos de trânsito, de vizinhança. Então, como é que nós podemos aceitá-las causando todos esses transtornos?

Então, eu vou apenas exemplificar alguma coisa. Eu sou da região do Brooklin, da Rua Guararapes. Na frente do meu prédio existe um espaço reservado para motociclistas, e os motociclistas ocupam esse espaço reservado – que chegam a ficar quase cem, algumas vezes -, e ainda ocupam subindo o quarteirão até chegar ao próximo quarteirão. Então, são muito mais que 50 ali reunidos. E nessas horas, em nossas calçadas, na frente de um portão onde se recolhe lixo e onde entram as entregas do prédio, ali, esses motoqueiros... Nós não somos contra eles, porque muitos são arrimos de família, mas esses motoqueiros, dentre outras coisas, urinam e isso é feito diariamente; o uso de maconha é perceptível por todos. Inclusive, um outro dia, enquanto estava dando entrevista para uma rádio, a repórter me disse: “Nós estávamos falando com os motoqueiros e eles estavam fumando na nossa frente”. Então, isso nós não merecemos ter em nossas portas, em nossas casas.

Então, eu queria apenas exemplificar. Por isso que eu também vou terminar agora, em função do tempo que me resta, com uma frase de Albert Einstein: “O mundo é um lugar perigoso de se viver, não por causa daqueles que fazem o mal, mas, sim, por causa daqueles que observam e deixam o mal acontecer”. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Sra. Mirian.

Sr. Ronaldo Apelbaum.

O SR. RONALDO APELBAUM – Boa tarde a todos.

Eu sou morador do Paraíso e estou aqui como cidadão. Infelizmente, eu não pude estar na primeira audiência, porque eu estava tirando o meu pai, às pressas, do imóvel em que ele residiu pelos últimos 70 anos, por causa da Cracolândia que se moveu para debaixo da casa dele, e ele não conseguia mais dormir e não conseguia mais sair à rua por pânico. Então, não vamos mais permitir que novamente a Prefeitura de São Paulo nos faça sair de nossa casa por medo de uma faísca, por medo de uma explosão que pode acontecer em 32 cozinhas, em 24, em 16 ou sejam lá quantas forem.

Eu sou advogado e, em meu dia a dia, eu simplesmente não consigo ouvir algumas bobagens jurídicas aqui e me silenciar. Então, eu vou acabar partindo para o lado jurídico. A primeira questão do direito jurídico, que foi falada aqui. Não existe direito adquirido para esse caso, para as *dark kitchens*. Existe direito adquirido para nós, cidadãos que pagamos impostos, muito altos por sinal, e respeitamos toda a legislação ambiental e não mexemos, sequer, em uma árvore sem conversar com a Prefeitura para saber se podemos ou não fazer. (Palmas) Então, o direito adquirido está do nosso lado.

O segundo conceito que eu ouvi aqui e que é uma tremenda de uma bobagem, e eu vou dizer o porquê. Refiro-me ao conceito de industrialização. Este conceito está em uma lei federal, que dispõe o seguinte: “Caracteriza-se industrialização qualquer operação que modifique a natureza, o funcionamento, o acabamento, a apresentação ou a finalidade do produto”. Portanto, uma *dark kitchen* é uma indústria. Não precisa ser uma Volkswagen, uma Ford para ser uma indústria. *Dark kitchens* são indústrias e, portanto, devem estar nos lugares em que as indústrias devem estar. Se é um problema de: “Olha, eu tenho um alvará. Olha, eu consegui autorização, a Prefeitura me deixou fazer o meu empreendimento”, eu sei que isso pode ser frustrante, só que isso tem de ser discutido em perdas e danos com a Prefeitura. (Palmas) Você não pode envolver, você não pode acabar com o direito à paz, à convivência de milhares de pessoas que estão em volta simplesmente porque alguém cometeu um erro jurídico e autorizou a instalação de uma indústria em uma região em que a indústria não é permitida. (Palmas)

Portanto, o que eu peço aos Srs. Vereadores é que, no momento em que fizerem a

análise deste projeto de lei, se lembrem das pessoas, das pessoas que estão aqui se humilhando, deixando de trabalhar, deixando de produzir em um dia como o de hoje, para pedir aos Vereadores que, por favor, pelo Amor de Deus, lembrem-se de nós, lembrem-se dos milhares de reais de IPTU que pagamos para ter paz todo o santo dia.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTRE (Sandra Santana) – Obrigada, Sr. Ronaldo.

Ouviremos agora a Sra. Paulo Bonifácio.

A SRA. PAULA BONIFÁCIO – Obrigada. Boa tarde a todos.

Primeiro, quero agradecer, porque é um privilégio estarmos aqui debatendo um tema tão importante.

Eu sou proprietária de indústria e moradora do bairro Panamby. Então, tudo isso aqui, às vezes, quando falado parece que é um grande... Como se estivéssemos falando em cima da indústria, né. Então: “Vamos coloca-las nas indústrias, as *dark kitchens*”, esses conglomerados, como se fosse uma coisa negativa, quando não é. Eu trabalho com indústria. Eu sou proprietária de indústria. Eu não quero a minha fábrica do lado da minha casa. Eu dirijo quilômetros para chegar ao meu trabalho e é isso o que nós estamos pedindo. (Palmas) Ninguém é contra esse tipo de negócio. Ninguém é contra o movimento, e nós só estamos no Panamby e vamos continuar boicotando *deliveries* e tudo o que vier de *dark kitchen* se eles estiverem nos lugares errados. Fora isso, eu sou plenamente a favor de geração de emprego. Aliás, eu sou uma grande empregadora aqui, do Município também. (Palmas) O que eles precisam é de regulamentação certa.

Nós temos laudos, que pudemos encaminhar. Aliás, nós temos mandado *e-mails*. Acho que todos os Srs. Vereadores receberam muitos *e-mails* ontem, e até a semana passada, do nosso bairro e de outros bairros também, com os nossos laudos em anexo. Leiam os nossos laudos. Nós temos técnicos, peritos especializados garantindo que isso é uma indústria.

E respondendo ao Sr. Jorge Pilo, que é o dono de uma dessas, que está tentando se instalar em uma área tombada, no entorno do Parque Burle Marx, não pensando

ambientalmente. Querido, uma padaria e um restaurante são um comércio. Trinta são uma indústria. (Palmas) Então, não tem dúvida disso.

Então, eu agradeço, eu peço, eu imploro que os Srs. Vereadores ouçam os munícipes, que votam nos senhores ou não, e que pagam IPTUs caríssimos na região, inclusive do Panamby e do Brooklin, Vila Romana, Paraíso. A cidade inteira está implorando por misericórdia, para que vocês nos ouçam.

Então, por favor, estejam do lado correto dessa situação.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Paula, obrigada.

Passo a palavra ao Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART – Boa tarde a todas e a todos.

Cumprimento a Presidente, a Vereadora Sandra Santana, e também as Vereadoras
Cris Monteiro e Sandra Tadeu.

Só de vocês verem aqui a composição desta Mesa, vocês veem que o negócio vai dar certo, porque tem mais mulher que homem. Então, já é um bom caminho para o resultado desta audiência. (Palmas)

Cumprimento também o nosso Secretário Alexandre Modonezi que, mais uma vez, está aqui comparecendo a uma audiência pública e participando da discussão. E eu já acho que foi um grande avanço do movimento, que não foi um movimento só nosso, dos Vereadores, mas foi um movimento de cada uma das senhoras e dos senhores, de termos já provocado o Executivo para que enviasse uma proposta de projeto de lei. Estando perfeita ou estando ruim, já enviaram uma proposta. É um sinal de que estamos discutindo.

Muitos, aqui, falaram: “Nos escutem. Nós imploramos”. Nós já estamos escutando e trabalhando em cima deste projeto. Já fizemos uma audiência pública. Inclusive, fui eu o proponente da audiência. Muitos de vocês já participaram. Temos mais esta, como garantimos naquela audiência pública, que teríamos, pelo menos, mais duas audiências públicas antes da votação. Esta já a primeira. Teremos, com o Presidente da Comissão de Política Urbana, o

Vereador Paulo Frange, e estamos definindo a data para mais uma audiência. (Pausa) Já está marcada para o dia 23 de junho, então, já teremos a próxima audiência pública da Comissão de Política Urbana. Mas já estamos aqui, cada um dos Vereadores, preparando sugestões, como emendas, substitutivo para que se tenha um texto mais apropriado do que nós estamos discutindo aqui, ouvindo cada uma das senhoras e dos senhores. Eu mesmo - que possivelmente serei o relator na Comissão de Política Urbana -, já tenho muitas contribuições a fazer para o projeto, e tenho certeza de que cada uma das sugestões, aqui, de vocês, nós estamos ouvindo discutindo e vendo como devemos colocar da melhor forma no projeto de lei.

Eu já incluí aqui, dentro das minhas sugestões, várias das propostas que nós ouvimos aqui: essa questão do enquadramento, como que deve ser; a questão do lixo; a questão da segurança; a questão do Bombeiro, ou seja, lá qualquer outra forma que vamos incluir no texto da lei. Mas é muito importante que vocês saibam que tudo o que vocês estão aqui... Uma das pessoas falou: "Pô, nós estamos aqui deixando de produzir". Nós estamos aqui produzindo. Cada um de vocês está produzindo conosco a melhoria deste texto. Não achamos que seja um texto perfeito, tanto é que cada um dos Vereadores têm as sugestões, têm as críticas, mas já é um início. Inclusive, foi fruto de uma das audiências públicas, se não me engano, o pessoal do Movimento Defesa São Paulo está aqui e que sugeriu a suspensão dessas novas licenças de funcionamento. Foi feito isso pelo Prefeito. Sobrestou por, pelo menos, 60 dias até que possamos criar a nova regulamentação. Até porque é o seguinte: nós sabemos que a legislação está errada, porque as que estão funcionando... Falou aqui e eu não estou defendendo nenhum tipo de posição, mas, infelizmente, hoje a legislação permite que eles funcionem. Infelizmente. Então, há brecha na lei e é por isso que nós estamos buscando essa nova regulamentação. É uma atividade, entre aspas, nova, que de dois anos para cá que veio crescendo, não só em São Paulo, não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Nós ouvimos aqui duas citações de Barcelona e Londres, que são duas grandes capitais mundiais que também estão se adaptando em novas legislações. Então, também é muito importante que tenha essa contribuição, mas muito mais que isso: a participação de cada um de vocês, para que possamos fazer justiça com essa legislação.

É mais uma legislação discutida aqui na Casa e, com certeza, com essa contribuição que a Casa tem a fazer.

Então, muito obrigado a cada um de vocês. Nós continuaremos, não só nas audiências públicas, mas em cada um dos gabinetes também, recebendo essas contribuições, essas sugestões de vocês para que nós possamos, até o dia 23 ou até uma próxima votação aqui do projeto, ter o texto mais próximo do esperado por cada um de vocês.

Pessoal, muito obrigado. Parabéns e até a próxima. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Vereador Rodrigo Goulart.

Tem a palavra o Secretário Alexandre Modonezi.

O SR. ALEXANDRE MODONEZI – Boa tarde, Vereadora Sandra Santana; Vereadora Sandra Tadeu; Vereadora Cris Monteiro; Vereador Rodrigo Goulart.

Agradeço a oportunidade de estar aqui. Agradeço e parabenizo os munícipes por esta discussão.

Eu acho que o que nós temos vivido, com relação às *dark kitchens*, é a necessidade de entender um novo negócio, mas um novo negócio que nos surpreendeu, pelo menos na Administração, pela incomodidade gerada. (Palmas) Nenhum outro negócio, que surgiu nos últimos tempos, gerou um grau de incomodidade tão grande como as *dark kitchens*.

E, aí, a incomodidade, em *lato sensu*, entra desde a parte ambiental até realmente o barulho, lixo, o problema com os motoqueiros. E o Executivo fez uma proposta inicial, para ser debatida com a sociedade. Ela foi elaborada pela Secretaria de Licenciamento, que é quem licencia as atividades. Mas, após isso, tenho recebido constantemente grupos de moradores e tenho conversado. E, do ponto de vista da fiscalização, que a Secretaria das Subprefeituras tem a atribuição, já temos até algumas sugestões de alteração, Presidente.

Eu sei que a lei anterior de Plano Diretor tirou a questão de classificação viária das atividades, mas eu acho que quanto às *dark kitchens* deveríamos pensar como colocar isso na nova..., no Licenciamento. Quer dizer, é uma atividade que precisa acontecer em vias maiores; que precisa ter uma adequação territorial para isso (Palmas). É impossível ter áreas locais com

uma atividade com 30 cozinhas. (Palmas) Isso não é possível.

Uma outra coisa que eu acho que as *dark kitchens* precisam sofrer uma alteração é na parte de Licenciamento. Elas não podem ser licenciadas em baixo risco. (Palmas) Elas se demonstram como uma atividade que gera incomodidade. Elas precisam passar por uma análise diferente. E a questão de ser um polo gerador de tráfego. A parte dos motoqueiros vira um problema de incomodidade no entorno. Então, pensar, talvez, como um polo gerador de tráfego específico, principalmente na questão dos motoqueiros. Nós não podemos ter uma vaga para cada 12 m². Eu acho que precisamos pensar em mais vagas de motoqueiro, porque isso é rotativo. No mínimo, devem ter uns dez motoqueiros esperando a saída ou mais.

- Manifestações na galeria.

O SR. ALEXANDRE MODONEZI – Não. Eu digo para cada cozinha. Então, isso tem de ser pensado, quer dizer, para ter esse espaço interno para acomodar e elas estarem impedidas de ficarem na parte da via, eu acho que isso é importante. E também na proposta que veio, no artigo 11, onde fala da fiscalização, se possível, no Executivo, acho que deveria estar mais descrito, quais são as penalidades para as *dark kitchens*. Como nós vamos fiscalizar essa atividade.

Eu acho que todo mundo tem um consenso de que ninguém é contra a atividade de *dark kitchen*. O que as pessoas são contra é a incomodidade da *dark kitchen*. E uma coisa importante para o segmento que surgiu agora, na pandemia, e que viu uma oportunidade, é: se tem alguma coisa que é perceptível é que não deu certo do jeito que ela foi criada. (Palmas) Isso gerou incomodidade. E a discussão com a sociedade, eu acho que a casa perfeita para isso acontecer é a Câmara Municipal, é como encontramos um meio termo da atividade com o bem-estar da população. Se os empresários do segmento não entenderem que eles estão gerando incomodidade, esse confronto não acaba. (Palmas) Isso não deu certo. Isso é um fato.

Do ponto de vista legal, foi licenciado dentro do que a lei fala. Mas a lei nunca previu uma atividade com 30 cozinhas, nunca imaginou o ruído produzido por 30 cozinhas e, muito menos, cem motoqueiros na frente para sair. Isso era impensável quando foi criada a lei.

(Palmas) E nós precisamos pensar uma legislação que olhe por essa nova atividade.

Então, eu faço, aqui, um apelo aos empresários do setor para que eles entendam que isso gerou uma incomodidade, um desconforto à população e que nós precisamos achar um meio termo disso.

Eu acho que é isso, Presidente. Obrigado. Obrigado a todos. E eu acho que nós precisamos achar uma solução pacífica para todo mundo. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Secretário Alexandre Modonezi.

Eu queria, inclusive, compartilhar aqui. Talvez vocês não me conheçam, mas antes de ser Vereadora eu fui Subprefeita por duas vezes. Fui Subprefeita em Perus. Quando eu fui Subprefeita em Perus, o nosso Secretário Alexandre Modonezi foi Subprefeito da Vila Mariana, foi na Gestão Serra/Kassab. E fui Subprefeita da Freguesia do Ó/Brasilândia com Alexandre Modonezi sendo Secretário. Ele era o meu chefe. E eu estou dizendo isso porque eu sei o quanto ele cobra, o quanto eles nos cobravam a questão de fiscalização, do bom andamento dos comércios, do menor impacto no sentido de incomodidade. E a sua fala, hoje, retrata exatamente o nosso trabalho juntos, Modonezi; tudo aquilo que nós fizemos juntos; todo o cuidado que o Poder Executivo tem com a população. Não é à toa que chegou aqui na Casa e nós estamos iniciando a discussão com a sociedade, com todos aqueles que estão envolvidos, com todos aqueles que representam as *dark kitchens* e com todos aqueles que convivem diariamente com as *dark kitchens*.

Eu concordo. Nós temos de achar o meio termo, aquilo que possa atender, de forma a reduzir a incomodidade dos moradores; buscar as melhores soluções, as melhores alternativas para regulamentar; e também permitir que o funcionamento continue.

Hoje, nós tivemos a oportunidade de receber aqui, de cada um de vocês, importantes contribuições, exemplos de sucesso em outros lugares. Por que não continuarmos a discussão dessa forma? De uma forma democrática, ouvindo a todos. Até porque eu me coloco do lado dos moradores também com a questão da incomodidade, mas também do lado dos trabalhadores,

as pessoas que estão sustentando as suas casas através desse trabalho. Eles também merecem estar em um lugar melhor e ter os seus empregos assegurados.

Então, nós temos aqui uma responsabilidade muito grande, na Câmara Municipal, que é olhar absolutamente para todos. Nós não podemos ser tendenciosos. Nós temos de cuidar da Cidade e cuidar da população.

Muito obrigada, Secretário Modozonezi, mais uma vez.

Tem a palavra a Vereadora Cris Monteiro.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Obrigada, Presidente. Na sua pessoa, cumprimento o Secretário Modonezi.

Eu também quero parabenizar a todos os senhores que estão aqui, neste momento, por este brilhante exercício de democracia.

Eu sou Vereadora de primeiro mandato e para mim é maravilhoso ver que os senhores e as senhoras estão aqui defendendo aquilo que acreditam. É dessa forma que vamos levar o país e a cidade para frente.

Então, parabenizo.

Voltando ao assunto, ouvindo os senhores e as senhoras, eu procurei uma figura, no meu celular, e a figura que eu encontrei foi o ornitorrinco. Se nós olharmos para o ornitorrinco, podemos falar que ele é um pato ou podemos falar que é um coelho, porque é mamífero ou um peixe, porque ele nada. As *dark kitchens* são um ornitorrinco. E como um ornitorrinco, não podemos falar que elas não são uma indústria ou que elas não são um comércio.

O Secretário Modonezi falou muito bem. Nós não estamos preparados para essa indústria, e olhando para trás, eu não sou do Executivo, nós recebemos um círculo e queremos enfiar em um quadrado. Não deu certo. Claramente não deu certo. Os senhores estão aqui reclamando de tudo isso. Eu sofro de incomodidade em meu bairro. Eu moro na Vila Madalena e a incomodidade que eu sofro, há muitos anos, não se compara ao que eu escutei aqui. Não se compara. (Palmas)

Eu resolvi o meu problema colocando janelas antirruído em minha casa, mas,

obviamente, o bairro continua com inúmeros problemas. Nós discutimos isso, eu e o Secretário Modonezi, e vamos ver o que resolvemos. O fato é que os senhores estão vivendo uma situação muito delicada. Eu sei o que é ficar sem dormir. Ou seja, eu sou um ser humano como os senhores. Eu já tive insônia. Mas, obviamente, por um tempo tão longo, experimentando essa situação, é muito desagradável.

Assim como o Secretário Modonezi, eu estive conversando com as pessoas, com os empresários das *dark kitchens*, e eu os convido a discutir alguma coisa que funcione. E eu estou feliz, até, que o advogado ali disse..., eu fiquei muito embatucada com o que o senhor ali disse, do direito adquirido. O que nós vamos fazer se elas já estão estabelecidas? E, aí, eu volto ao ornitorrinco. Não dá para tratarmos um ornitorrinco como um pato, e foi o que eu acho que aconteceu quando essas licenças foram concedidas. E nós vamos ter de tratar o ornitorrinco como ornitorrinco. (Palmas) E, talvez, as licenças concedidas a eles tenham de ser específicas para esse tipo de negócio, que nós não prevíamos. Essa é a nova economia. E, diante dessa nova economia, não podemos usar os velhos conceitos. Não dá. (Palmas) E que é isso o que acontece aqui.

Eu tenho falado com vários dos senhores. Tenho trocado muitas mensagens, sugestões com os senhores. Nós estamos trabalhando. Esta Casa está levando em consideração. Este é um exercício importante, que os senhores estejam aqui. Nós estamos ouvindo os senhores, levando em consideração. Contem comigo. Contem com esta Casa. Vários dos senhores têm o meu número. (Palmas) Já os convidei a virem ao meu gabinete, que está aberto aos senhores para tomarem um café. Quem quiser, venha. Convidaram-me para ir a uma casa e eu aceitei. Quero ir a casa da senhora para escutar o barulho, para sentir o cheiro, porque é dessa forma...

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Vou a sua casa também. Podem me convidar.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Estamos atentos. Perfeito.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Estamos atentos. Vamos trabalhar com os senhores e com os empresários para que não tratemos o ornitorrinco como um pato. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Vereadora Cris.

Quero agradecer ao Secretário da Casa Civil, Sr. Fabricio Cobra, que está conosco, ouvindo. Vou até dar uma sugestão. Nós poderíamos organizar uma comissão de vereadores da CCJ e da Política Urbana para visitarmos juntos alguns espaços. (Palmas) É superimportante que os vereadores dessas comissões possam estar presentes.

Tem a palavra a Vereadora Sandra Tadeu.

A SRA. SANDRA TADEU – Boa tarde a todos e a todas. É um prazer muito grande recebê-los aqui. Mas eu gostaria de fazer um questionamento ao Secretário, porque isso tem de mudar na cidade de São Paulo. Eu já estou em meu quarto mandato e o que acontece? E não só com essa questão das *dark kitchens*. Primeiro as pessoas fazem o problema. Problema instalado e, aí, depois tem de resolver o problema.

Eu não sei se foi no final do ano passado ou no começo deste ano. Eu moro na região do Paraíso e têm muitas pessoas que moram ali, na Abílio Soares, que têm os pais que moram no meu prédio, que é bem antigo ali, no Paraíso. E as pessoas me falaram: “Sandra, não dá. São mais de 30 cozinhas. Eles estão aqui, estão fazendo, estão construindo. O que não pode a Prefeitura errar é nessa questão”. Eu liguei para a Subprefeitura e falei com o Subprefeito, super gentil, e ele me falou: “Sandra, eu vou dar uma olhada lá para ver o que é isso”. Aí, veio a resposta: “Eles estão em um zoneamento certo. Não tem muito o que fazer”. Aí eu perguntei: “Mas você não viu nenhuma irregularidade? É possível isso?” e: “Não, Sandra. Eles estão dentro do que permite a lei”. Mas até então nós também não sabíamos o que eram essas *dark kitchens*. Eu falei: “Mas 30 cozinhas em um prédio?” Falaram que alugaram um prédio e montaram, nesse prédio, 30 cozinhas.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. SANDRA TADEU – Mas, na época, me falaram que já tinham as 30 cozinhas.

O que não pode, Modonezi, é o seguinte: você, a Prefeitura, dar um alvará de construção para algo que as pessoas não imaginam o que vai ser. (Palmas) Eu acho isso um erro muito grande da Prefeitura. Eu sei que uma boa parte das coisas é digitalizada e, aí, no papel e na telinha tudo passa. Mas no olho em que você vai olhar lá, a coisa é diferente.

Independente também do cheiro, tem outra coisa que é, também, absurda e que não dá mais para suportar é o número de *motoboys* em uma calçada. (Palmas) Você sai da calçada e vai para a rua, e isso não é só na Abílio Soares. Se você atravessar a Tutoia e entrar naquela ruazinha, que eu não sei o nome, para sair na Vinte e Três de Maio, tem lá, eu não sei se aquilo é uma casa de *delivery*, aquilo não deve ser uma *dark kitchen*. É ali. Você não anda na rua. Tem uma determinada hora que tem uma multidão de pessoas. Então, não dá para aguentarmos isso, tanto é que eu já havia feito um projeto há quase um mês, mas antes da Prefeitura apresentar isso, que eu determinava que tinha que ter o zoneamento determinado pela Prefeitura, que os *motoboys* teriam que estar dentro desses complexos, estacionamento, porque o que não dá é para essas pessoas ficarem na rua.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. SANDRA TADEU – Não, se eles estão dentro da própria estrutura da cozinha, lá vai ter um lugar para a pessoa descansar, vai ter um banheiro para essas pessoas fazerem as suas necessidades e colocarem as suas motos.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. SANDRA TADEU – Eu nem vi isso ainda, na verdade, nem estou pensando nisso.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. SANDRA TADEU – Então, na verdade, digo que vamos ter mais uma audiência pública, vamos conversar. E também faço esse apelo à Prefeitura, sou da Base do Governo e tendemos a melhorar nossa Cidade. Minha obrigação, como Vereadora e como médica, e da maioria dos Vereadores aqui, é cuidar das pessoas. E essas pessoas pagam seus tributos e são esses tributos de uma classe média baixa até uma classe média/média que pagam

toda essa conta da Cidade. E merecemos esse respeito.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. SANDRA TADEU – É isso que não pode acontecer.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Vereadora Sandra Tadeu.

Secretário Modonezi, o senhor gostaria de voltar a alguma das manifestações?

Só vou pedir, por favor, temos mais algumas pessoas do Poder Executivo para falar e a nossa audiência se encerra em 15 minutos. Acho importante ouvirmos as outras pessoas do Poder Executivo, da Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Então, já recebemos bastantes contribuições, por favor, Secretário Modonezi.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. ALEXANDRE MODONEZI – O problema que vivemos hoje do ponto de vista, Vereadora Sandra Tadeu, de licenciamento, da obra e da atividade, a legislação foi pensada para compartilhamento do espaço como temos muito até no Morumbi, há vários locais que são os postos de gasolina com várias lojas ou então áreas em que se têm uma loja, tem o Amor aos Pedacos, Kopenhagen ou outras lojas diversas, são mini shoppings e esse compartilhamento do espaço.

Quando se pensou, idealizou a legislação lá atrás, se idealizou no sentido de promover e agrupar para fazer polos comerciais de abastecimento daquela região. O que foi acertado e deu muito certo em toda a Cidade, desde a zona Leste, zona Sul, zona Norte, temos essas áreas. E dentro desse compartilhamento é que as dark kitchens entraram com uma atividade totalmente diferente daquela que foi pensada no licenciamento da atividade.

Então, hoje se requer uma necessidade de alteração de legislação. Não existe nada do ponto de vista de fiscalização que seja possível ser feito de impedimento da obra que foi licenciada dentro de uma lei existente. Esta discussão que existe hoje é necessária para a adequação de uma nova realidade. A pandemia trouxe, como a Vereadora Sandra Tadeu colocou, o adensamento, a aglomeração de entregadores no meio da rua para entregar de vários estabelecimentos, não só dark kitchens. Então, passaram a se agrupar e ficar no meio da calçada

próximo de vários estabelecimentos e dali correm para qualquer um daqueles estabelecimentos.

A dark kitchens foi um avanço disso. Depois, já no meio para o final da pandemia, que começaram a aparecer esse tipo de instalações de cozinhas compartilhando o mesmo espaço. Nós precisamos dessa legislação para que possa ser possível mudar. Acho que o fato hoje, que encontramos na Cidade, é a necessidade de mudança da legislação. E o fato de hoje estarmos aqui na Câmara Municipal, em uma Comissão, discutindo esse assunto reflete que tanto a sociedade quanto o Poder Executivo e Legislativo entendem a necessidade de mudanças daquilo que está hoje colocado na Cidade.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Nesse momento, estamos aqui abrindo o diálogo, recebendo o projeto de lei do Poder Executivo, recebendo contribuições importantes de vocês e também do Poder Executivo. O Secretário Alexandre Modonezi trouxe aqui algumas questões extremamente importantes, que sejam ouvidas, discutidas e até mesmo inseridas dentro de um substitutivo aqui na Casa.

Agora, com relação ao que já está acontecendo hoje, vamos fazer um apelo também ao Secretário Modonezi, para que a fiscalização das subprefeituras responsáveis possa também atuar dentro dos pedidos que os moradores já vêm fazendo, e tenho certeza de que a fiscalização já deve estar verificando...

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Vamos ouvir mais uma vez o Secretário Modonezi com relação a isso, lembrando só que estamos bem próximos do encerramento e como disse, temos outros integrantes do Poder Executivo que podem querer se manifestar também.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Primeiro as falas aqui, por favor.

O SR. ALEXANDRE MODONEZI – Com relação se existe liminar, é uma determinação judicial, o Poder Executivo precisa cumprir a questão judicial. Se recorre disso no

Judiciário, mas enquanto existe a liminar realmente não se pode fazer a fiscalização, existe um impedimento legal. Quer dizer...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. ALEXANDRE MODONEZI – Por favor, encaminhe para mim esse processo.

Vou falar também com o Secretário Gadelho, de Urbanismo e Licenciamento, que licencia as obras, cabe à Secretaria de Urbanismo e Licenciamento a revogação, me comprometo a levar pessoalmente ao Secretário e fazer uma solicitação da análise, para que ele consiga fazer a suspensão e cumprimos a questão imediatamente.

A questão da liminar, precisamos da adesão do Judiciário. Enquanto estivermos...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALEXANDRE MODONEZI – Mas tenho vários lugares que tem liminar e sou impedido de fazer a fiscalização. O Allianz Parque é um que foi interditado por nós e existe uma liminar que os autorizou a fazer shows.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALEXANDRE MODONEZI – Sim senhora, porque a liminar foi concedida agora para autorização dos shows. Estamos impossibilitados de fazer a fiscalização.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. ALEXANDRE MODONEZI – Sim, mas é que nós embargamos o local e ele foi interditado. O Judiciário deu a ele a autorização para continuar com os shows que estão licenciados.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALEXANDRE MODONEZI – Sim, mas o local já tem o licenciamento dos shows.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Nós podemos, por favor, voltar ao objeto da audiência pública. Então, eu pergunto nesse momento se a representante da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, Sra. Isabella d'Orsi, gostaria de fazer uso da palavra.

A SRA. ISABELLA D'ORSI CONFALONIERI – Olá, tudo bem.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Tudo bem, Isabella, boa tarde.

A SRA. ISABELLA D'ORSI CONFALONIERI – Boa tarde. Só queria cumprimentá-los por toda a discussão que estamos tendo aqui. A Secretaria está bem atenta em relação a tudo o que está acontecendo. A fiscalização será feita, estamos num procedimento de início do PL, acho que é importante demonstrarmos isso, o projeto de lei é para isso mesmo, para iniciarmos a discussão, ouvirmos todas as vertentes da discussão.

Então, é só isso mesmo. Só queria acrescentar que estamos aqui e é por isso que eu vim representar a Secretaria, para saber todos os lados.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Isabella. Pergunto agora se a Sra. Daniella Lucas Bronzoni, Coordenadora de D-Uso, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, gostaria de fazer uso da palavra.

A SRA. DANIELLA LUCAS RICHARDS BRONZONI – Boa tarde a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Boa tarde, Daniella.

A SRA. DANIELLA LUCAS RICHARDS BRONZONI – Boa tarde. Eu reitero o posicionamento anterior, a Prefeitura recebe, como tem recebido todas as colocações das áreas das pessoas que estão aqui comentando e discutindo, nesta audiência pública, o funcionamento das dark kitchens. Estamos recebendo, estamos avaliando da melhor forma para dar uma resposta condizente à municipalidade.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Daniella.

O SR. ALEXANDRE MODONEZI – Daniella, se me permite, acho que seria prudente a análise dessa solicitação de suspensão da questão do Panambi.

- Manifestação do público.

O SR. ALEXANDRE MALDONEZI – Essa licença emitida por vocês. Poderiam analisar isso aí.

A SRA. DANIELLA LUCAS RICHARDS BRONZONI – Nós estamos tomando as devidas providências em relação aos casos que já foram emitidos.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Daniella. Pergunto se a Sra. Maria Tereza Gomes da Silva, também da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento gostaria de fazer uso da fala.

A SRA. MARIA TEREZA GOMES DA SILVA – Boa tarde, Vereadora. Boa tarde a todos, sou Maria Tereza, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, da Assessoria Jurídica, no virtual ficou um pouco difícil de compreender essa parte da suspensão do Panambi. Acho que o município ficou de encaminhar o número ao Secretário Modonezi, peço que ele nos encaminhe aqui para verificação.

De qualquer forma quero reiterar o que já foi falado pela Daniella, a proposta foi enviada pelo Poder Executivo, ela partiu da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento a partir de conversas com outras secretarias. E principalmente a partir das oitivas realizadas na primeira audiência pública feita aí na Câmara, com relação ao tema ainda sem PL específico. Nós estamos à disposição para colaborar, para oferecer os subsídios necessários.

Com relação a esse ponto específico do Panambi, pedimos só o encaminhamento do número do processo. Vamos tentar fazer o levantamento aqui interno, mas se vocês puderem compartilhar também conosco, nós agradecemos.

É isso. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Maria Tereza. Tenho aqui, representando a Procuradoria Geral do Município, a Procuradora Assistente Luciana Cecílio, que estava conosco no início. Não sei se ela continua conosco e se gostaria de fazer uso da fala, Luciana Cecílio de Barros Vieira dos Santos. (Pausa) Não está mais.

Recebemos aqui na mesa um requerimento do Movimento Defenda São Paulo, que está sendo encaminhado para a Secretaria da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, para análise posterior, no momento da reunião da nossa Comissão.

Queria mais uma vez agradecer a presença de todos, a presença de todas. Gostaria de pedir... Desculpa, nós estamos encerrando por conta do tempo.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Mas a senhora falou... Eu já falei que nós recebemos o requerimento.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – O teor do requerimento é que os processos administrativos de licenciamento de aprovação, execução, reforma e conclusão da obra, bem como de licenciamento de uso das *dark kitchens*, cozinhas industriais em funcionamento ou em vias de funcionamento na cidade de São Paulo, que a Secretaria responsável dê cópia dos processos a vocês.

É esse o requerimento, é o que está escrito aqui, olha.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Então, é exatamente o que eu acabei de ler, que requeira, que a Comissão requeira.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – É um pedido do Movimento Defenda São Paulo. Foi isso que eu disse. É um requerimento do Movimento Defenda São Paulo, que ele já está sendo encaminhado e entregue à Secretaria da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, para ser analisado na pauta da nossa próxima reunião.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Agradeço mais uma vez a presença de cada um de vocês, Secretário Modonezi, Secretário Fabricio Cobra, todos aqueles que representaram aqui as pastas da Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, enfim, principalmente a sociedade civil, vocês que se dispuseram em estar nesta tarde conosco trazendo contribuições extremamente importantes, trazendo aqui os seus anseios, para que possamos também ter conhecimento.

Reafirmar o compromisso de, em parceria com a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, organizarmos uma comissão para visitarmos alguns pontos. Os Vereadores desta Casa, tanto da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa,

como de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, fazemos essa visita.

Declaro realizada a audiência pública do PL 362/2022. Estão encerrados os nossos trabalhos. Obrigada. Boa tarde a todos.
